CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO N° 01/2026 - EDITAL DE ABERTURA N° 01/2026

DATA DA PROVA: 15/11/2026
PERÍODO DA PROVA: MANHÃ

CARGO: ADVOGADO

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

- Verifique se este caderno corresponde ao cargo ao qual você concorre e se ele contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas cada (A, B, C, D e E);
- Caso o caderno esteja incompleto, possua qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo ao qual você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores neste sentido;
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta e se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala corrigir em Ata;
- **Você dispõe de 03 (três) horas para realizar a prova objetiva;**
- Na duração da prova, está incluso o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta;
- **NÃO É PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:** a) equipamentos eletrônicos como calculadoras, MP3, MP4, celular, tablet, notebook, gravador, máquina fotográfica ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, dicionários, consultas ou qualquer outro material impresso que não esteja expressamente permitido; c) bolsa, relógio, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não seja permitido;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 01 (uma) hora após início da prova você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- **Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de prova. O candidato NÃO poderá levar consigo o caderno de questões, poderá levar somente a anotação de gabarito a ser destacada abaixo;**
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar o seu desempenho e boa prova.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:
NOME COMPLETO:

ANOTE ABAIXO AS SUAS RESPOSTAS E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA ACIMA																			
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**										

LÍNGUA PORTUGUESA

Racismo e futebol

No dia 20 de dezembro, quatro jogadoras do time feminino de futebol do River Plate foram presas por ofensas raciais dirigidas a atletas do Grêmio. Em editorial, *O Estado de S. Paulo* entendeu exagerada a medida, e defendeu que o caso fosse tratado como indisciplina desportiva, e não como crime. Sanções, como a expulsão e a proibição de participar de outras partidas, seriam suficientes para a reprovação do ato.

Não parece correta a opinião do jornal.

O ambiente esportivo é peculiar e admite, sem dúvida, atos distintos daqueles praticados em outros contextos. Um soco no rosto é legítimo no boxe, mas crime em uma reunião de condomínio. Uma jogada de futebol americano poderia ser tratada como rixa, se ocorresse nas arquibancadas. Mesmo os exageros e descumprimento de regras têm um tratamento distinto. Uma rasteira no futebol, um soco abaixo da cintura no boxe podem causar a expulsão, enquanto, na rua, são delitos de lesão corporal.

Isso acontece porque, no esporte, os participantes aceitam expor sua integridade a um certo risco. Concordam em se submeter a perigos inerentes à atividade, como pequenas lesões ou até impropérios de oponentes, considerados crime em outros ambientes.

Mas há limites. Se a agressão for além do razoável, as coisas mudam de figura. Caso um boxeador use seus pés para quebrar a perna do adversário, ou um jogador de futebol, em ato de fúria, pisoteie o oponente até causar uma lesão grave, a ação deixa a arena esportiva e passa ao campo criminal. O árbitro será substituído pelo juiz e o cartão vermelho, pela prisão.

É aqui que entram as ofensas raciais.

Injúrias comuns, infelizmente, são frequentes no futebol, e acabam por ser consideradas "parte do jogo" em razão da pequena gravidade do ato (pena de detenção de um a seis meses ou multa) e pela previsão legal de não aplicação de pena quando o ofendido provocou diretamente a injúria ou quando houver retratação por parte do agressor.

As injúrias raciais são tratadas de outra forma. A lei prevê sanções mais rigorosas: dois a cinco anos de prisão, uma pena mínima 24 vezes maior que a fixada para a injúria comum, aumentada se for cometida por várias pessoas ou em contexto de recreação ou diversão. Mais: não há qualquer previsão de não aplicação da pena nos casos de provocação ou de retratação do ofensor.

O maior rigor não vem do acaso. Vem do reconhecimento institucional de um massacre histórico dos escravizados, da supressão da liberdade de milhões de pessoas, de torturas, estupros e mortes autorizados, protegidos pelo Estado, e fundados em um único elemento: a cor. Uma tragédia que não terminou com a Lei Áurea, que persiste em abordagens policiais, no *bullying* escolar, seleções de emprego, e em tantas frestas de um sistema aparentemente igualitário, mas acomodado sobre um racismo estrutural, que assola com violência silenciosa o cotidiano de suas vítimas.

Nesse contexto, a injúria racial no jogo de futebol não é uma simples ofensa. O editorial do *Estadão* cita que o célebre jogador Diamante Negro não levava a sério injúrias em campo porque "a mãe que você leva para o campo não tem nada a ver com a mãe que você tem em casa". Isso não vale para a raça. Não há cor em casa ou fora de casa, a cor é parte da pessoa, sua personalidade, origem e trajetória. É carregada aonde quer que se vá, com toda sua história e carga de dignidade e preconceito. A ofensa que a marca é diferente de xingar a mãe de outro jogador. Essa é cicatrizável e superficial, aquela é profunda, carrega uma história de horrores coletivos, que assombra não só o passado, mas também o presente e o futuro do afetado.

Só isso seria o suficiente para justificar o caráter criminoso da injúria racial no futebol. Mas há um argumento definitivo: a lei prevê expressamente a punição penal da ofensa racial quando cometida no contexto de atividades esportivas, fixando, em tais casos, para além da prisão, a proibição dos autores de frequentar, por três anos, locais destinados a práticas esportivas.

Se a lei prevê expressamente uma punição criminal para a injúria em ambientes esportivos, não há espaço para sustentar o contrário, e defender que justamente nesses casos uma sanção menor seria suficiente.

Desprezar a lei nesse contexto é acenar para o preconceito nas arquibancadas, vestiários, treinos, colégios e outros locais. Jogos são assistidos por milhares de pessoas, e o comportamento de atletas é reprisado por adultos e crianças, nos mais diferentes meios sociais.

Se a injúria racial é mero ilícito esportivo na arena oficial, também o será na pelada, no jogo escolar, e em qualquer esporte profissional ou amador, criando-se uma escala para a perpetuação do racismo.

A arena esportiva não é espaço de impunidade. Racismo é crime, dentro ou fora do campo. É preciso compreender a gravidade dessa prática sob pena de estendermos um tapete de conforto àqueles que, sob o manto do esporte ou da liberdade artística, colocam mais uma farpa no arame do racismo estrutural que amarra o país.

Fonte: (Bottini, Pierpaolo Cruz. Racismo e futebol. In: *Estadão*. São Paulo, 29 dezembro 2024. https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/racismo-e-futebol/?srsltid=AU7gw4XDzuhd-Y7e4AyiSn7AL-xXZEreP1Q98nG1E4P8M5LiAMpZehED. Acesso em: 13 out. 2026).

01) Com base no texto apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O autor se posiciona favoravelmente ao editorial publicado pelo Estado de São Paulo, entendendo a prisão de atletas do River Plate por injúria racial como uma medida exagerada, visto que o caso deveria ser visto como indisciplina desportiva e não como crime.
(B) O autor revela uma posição contrária à emitida pelo editorial publicado pelo Estado de São Paulo. Para defender a sua opinião, ele se vale de dados históricos e jurídicos, mostrando o racismo como um crime que deve ser punido conforme prevê a lei.
(C) O autor reconhece que os argumentos utilizados pelo editorial publicado pelo Estado de São Paulo são válidos, mas critica a postura do jornal. Para embasar o seu posicionamento, ele apresenta uma série de outros crimes ocorridos no mundo dos esportes.
(D) O autor, de forma irônica e debochada, apresenta uma posição contrária à emitida pelo editorial publicado pelo Estado de São Paulo. Ao longo do texto, ele traz exemplos históricos diversos para refutar os argumentos apresentados pelo texto do editorial.
(E) O autor expõe as principais ideias do editorial publicado pelo Estado de São Paulo, emitindo alguns posicionamentos críticos em relação a ele. Para isso, o autor se vale de argumentos históricos e jurídicos, buscando, assim, não interferir na opinião do leitor

02) Leia o poema a seguir:

Pensão familiar

Jardim da pensãozinha burguesa.
Gatos espapaçados ao sol.
A tiririca sitia os canteiros chatos.
O sol acaba de crestar os gosmilhos que murcharam.
Os girassóis amarelo! resistem.
E as dálias, rechonchudas, plebeias, dominicais.
Um gatinho faz pipi.
Com gestos de garçom de restaurant-Palace
Encobre cuidadosamente a mijadinha.
Sai vibrando com elegância a patinha direita:
— É a única criatura fina na pensãozinha burguesa.

Fonte: Bandeira, Manuel. Pensão familiar. In: *Libertinagem*. Rio de Janeiro: Josef Olympio, 1930.

A linguagem literária tem a liberdade de realizar desvios intencionais das regras gramaticais tradicionais de uso da Língua Portuguesa. Sendo assim, se o poema de Bandeira for observado a partir dessas regras, é possível afirmar que há um erro de concordância nominal apresentado em:

(A) “E as dálias, rechonchudas, plebeias, dominicais”.
(B) “Gatos espapaçados ao sol”.
(C) “Os girassóis amarelo resistem”.
(D) “A tiririca sitia os canteiros chatos”.
(E) “Um gatinho faz pipi”.

03) Leia o poema "Certidão de óbito", de Conceição Evaristo, atentando-se às palavras sublinhadas:

Certidão de óbito

Os ossos de nossos antepassados
colhem as nossas perenes lágrimas
pelos mortos de hoje.

Os olhos de nossos antepassados,
negras estrelas tingidas de sangue,
elevam-se das profundezas do tempo
cuidando de nossa dolorida memória.

A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.
A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo negro bambeia e dança.
A certidão de óbito, os antigos sabem,
veio lavrada desde os negreiros.

Fonte: Evaristo, Conceição. Certidão de óbito. In: *Poemas de recordação e outros movimentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. p. 19.

Levando em consideração a relação entre as palavras no poema apresentado, as palavras sublinhadas de acordo com a morfologia podem ser classificadas, respectivamente, como:

(A) Substantivo, pronome possessivo, adjetivo.
(B) Substantivo, pronome demonstrativo, substantivo.
(C) Adjetivo, substantivo, substantivo.
(D) Pronome, substantivo, adjetivo.
(E) Substantivo, pronome possessivo, verbo.

04) De acordo com Ferreira (2014), "Dizer que uma oração é principal e a outra é subordinada significa identificar um tipo de relação sintática existente entre elas. Uma oração principal não é nem mais nem menos importante que a sua subordinada, quanto aos conteúdos informativos que ambas exprimem. Isso porque, do ponto de vista do sentido e da informação, o texto é uma totalidade em que a compreensão de uma oração influi na seguinte, e esta influi na compreensão da anterior."

Com base na relação de subordinação entre orações em um período composto, analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

1 - Os alunos, que estudaram bastante, tiveram um bom desempenho na avaliação.
2 - Os alunos que estudaram bastante tiveram um bom desempenho na avaliação.

(A) Em 1, a oração sublinhada é classificada como subordinada adjetiva explicativa; já em 2, a oração sublinhada é classificada como subordinada adjetiva restritiva.
(B) Em 1, a oração sublinhada é classificada como subordinada adjetiva restritiva; já em 2, a oração sublinhada é classificada como subordinada adjetiva explicativa.
(C) Em 1, a oração sublinhada é classificada como subordinada substantiva subjetiva; já em 2, a oração sublinhada é classificada como subordinada substantiva predicativa.
(D) Em 1, a oração sublinhada é classificada como subordinada substantiva apositiva; já em 2, a oração sublinhada é classificada como subordinada substantiva completiva nominal.
(E) Em 1, a oração sublinhada é classificada como subordinada adverbial consecutiva; já em 2, a oração sublinhada é classificada como subordinada adverbial causal.

05) Leia o trecho do poema "A flor e a náusea" (1945), de Carlos Drummond de Andrade e assinale a alternativa CORRETA:

[...]

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

(A) No poema, o substantivo "flor" tem sentido denotativo, visto que o eu lírico trata, de forma factual, do nascimento de um arbusto seco no asfalto da cidade.
(B) O poema trata de questões ambientais ao mostrar o modo como a urbanização do país prejudica a preservação da fauna e da flora nacional, usando o substantivo "flor" de forma conotativa.
(C) O substantivo "flor" no poema tem sentido conotativo, uma vez que o eu lírico utiliza a imagem da flor para tratar da possibilidade de transformação da realidade e de insurgência contra os poderes vigentes.
(D) No poema, o substantivo "flor" tem sentido conotativo, uma vez que ele é usado para representar a desesperança do indivíduo diante da vida, revelando a inexistência de utopias no cenário contemporâneo.
(E) O poema apresenta uma crítica ao autoritarismo, por meio do uso denotativo do substantivo "flor", que, nesse contexto, passa a representar a possibilidade de resistência humana diante de um cenário de crises.

MATEMÁTICA

06) Um proprietário deixou um imóvel para locação em uma imobiliária, e o valor do aluguel é de R$ 1.800,00. A parceria com a imobiliária funciona da seguinte forma: 1º aluguel é 100% da imobiliária e dos demais é cobrado uma taxa de 10% sobre o valor do aluguel para fazer a gestão do imóvel. Considerando estas informações e desconsiderando qualquer outra taxa ou imposto, o valor recebido em um contrato de 12 meses pelo proprietário do imóvel é de:

(A) R$ 17.820,00.
(B) R$ 16.640,00.
(C) R$ 18.520,00.
(D) R$ 16.960,00.
(E) R$ 17.680.00.

07) A Prefeitura de Olinda solicitou um orçamento de uma caixa em formato de cubo com lado medindo 10 cm, e esta mesma embalagem será utilizada para uma ação realizada no dia do servidor público. Considerando a medida do lado desta caixa, o valor do seu volume em cm^3 é igual a:

(A) 10.
(B) 30.
(C) 100.
(D) 1000.
(E) 1100.

08) A tabela seguinte descreve a produção de peças feitas por uma máquina no 1º semestre de 2026:

MÊS	NÚMERO DE PEÇAS PRODUZIDAS
Janeiro	148
Fevereiro	172
Março	186
Abril	149
Maio	171
Junho	146

Com base nos dados apresentados, o valor da média mensal de peças produzidas por esta máquina no período é igual:

(A) 148.
(B) 154.
(C) 158.
(D) 162.
(E) 168.

09) Uma prefeitura irá construir uma piscina e esta mesma piscina terá 15 metros de comprimento, 6 de largura e 1,5 metros de profundidade. Considerando estas informações, qual é a quantidade em metros quadrados que será necessária para revestir toda a piscina com cerâmica (chão e paredes)? Obs.: para este cálculo, desconsidere qualquer distância entre as peças de cerâmica.

(A) 148 m^2
(B) 151 m^2
(C) 153 m^2
(D) 155 m^2
(E) 158 m^2

10) A função f(x) = 10.000 + 25,50x, onde x representa a quantidade de unidades produzidas, determina o custo de produção de mochilas da Industria Leva Tudo. Se em um determinado mês o custo de produção foi de R$ 57.175,00, a quantidade de mochilas produzidas neste mês foi de:

(A) 1750.
(B) 1850.
(C) 1875.
(D) 1925.
(E) 1975.

11) Localizada no Sudoeste do Paraná, próxima ao rio Iguaçu, a atual localidade de Nova Prata do Iguaçu foi colonizada por famílias vindas do Rio Grande do Sul e conquistou sua emancipação político-administrativa por lei estadual de dezembro de 1979. Qual das alternativas abaixo se refere ao município do qual o antigo distrito de Nova Prata foi desmembrado?

(A) Santa Izabel do Oeste.
(B) Dois Vizinhos.
(C) Realeza.
(D) Capanema.
(E) Salto do Lontra.

12) Em 8 de outubro de 2026, a Academia Sueca anunciou a concessão do Prêmio Nobel de Literatura a uma poeta, ensaísta e tradutora canadense. Sua obra foi reconhecida por explorar as fronteiras entre poesia, prosa, crítica literária e tradução, além de dialogar com a literatura grega e latina antiga. Entre seus livros publicados no Brasil estão "Eros, o Doce-Amargo" e "Autobiografia do Vermelho". Qual das alternativas abaixo se refere à escritora premiada?

(A) Malala Yousafzai.
(B) Conceição Evaristo.
(C) Annie Ernaux.
(D) Anne Carson.
(E) Angela Davis.

13) Negociado por mais de duas décadas, o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia passou a ser aplicado de forma provisória em 1º de maio de 2026, com um cronograma de redução gradual das tarifas de importação entre os dois blocos. A entrada em vigor não encerrou as tensões comerciais entre diferentes setores produtivos dos dois lados do Atlântico. Sobre o assunto, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I – Mesmo com o acordo em vigor, a União Europeia suspendeu a importação de alguns produtos agropecuários brasileiros, alegando que o Brasil não apresentou garantias suficientes sobre o controle do uso de antimicrobianos na criação de animais.
II – Logo após o início da vigência provisória, o governo brasileiro anunciou a retirada unilateral do Brasil do acordo comercial, em retaliação às exigências sanitárias e ambientais impostas pelo bloco europeu aos produtos do agronegócio nacional.
III – O receio quanto aos impactos da abertura comercial atinge os dois blocos, de agricultores franceses, que protestaram contra a concorrência de produtos agropecuários sul-americanos, a produtores de vinho do Rio Grande do Sul, preocupados com a perda de competitividade frente aos rótulos europeus.
IV – A França foi o único país-membro da União Europeia a se posicionar contra a aprovação do acordo no Conselho Europeu, motivada principalmente pela forte pressão protecionista de seus sindicatos industriais e montadoras de veículos.

(A) Apenas I e II.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas II e IV.
(E) Apenas I e IV.

14) Sobre os marcos esportivos e organizacionais da Copa do Mundo FIFA de Futebol Masculino de 2026, marque V para VERDADEIRO ou F para FALSO e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) A edição desse ano entrou para a história como a primeira vez que o torneio teve sua sede nos Estados Unidos da América.
( ) A participação da Seleção Brasileira no mundial encerrou-se na fase de oitavas de final, após ser superada no tempo regulamentar pela equipe da Itália.
( ) A Seleção da Espanha sagrou-se campeã do mundo pela segunda vez ao derrotar a equipe da Argentina pelo placar de 1 a 0, com o gol do título anotado durante a prorrogação.
( ) O torneio ampliou o maior jejum de títulos mundiais da história da Seleção Brasileira, pois, sem vencer desde a edição de 2002, o Brasil completará pelo menos 28 anos sem levantar a taça até a próxima Copa em 2030.

(A) F-V-V-F.
(B) V-F-F-V.
(C) F-F-V-V.
(D) F-V-F-F.
(E) V-F-F-F.

15) As políticas federais de salvaguarda do patrimônio imaterial brasileiro buscam reconhecer saberes, celebrações e formas de expressão que preservam a memória coletiva e a identidade de diferentes grupos sociais. Em setembro de 2026, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) aprovou o registro do Cortejo da Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito como Patrimônio Cultural do Brasil, com inscrição no Livro de Registro das Celebrações. Realizada anualmente no Domingo de Páscoa, a celebração reúne cerca de dois mil cavaleiros pelas ruas de um histórico município do Vale do Paraíba paulista. Qual das alternativas abaixo se refere a esse município?

(A) Guaratinguetá.
(B) Sorocaba.
(C) Campinas.
(D) Ribeirão Preto.
(E) Santos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Sobre o Poder Executivo Municipal, conforme a Lei Orgânica de Nova Prata do Iguaçu/PR, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Se, até 10 de janeiro, o Prefeito ou o Vice-Prefeito não tiver assumido o cargo, este será declarado vago, salvo motivo de força maior comprovado e aceito pela Câmara Municipal. Enquanto o Prefeito não tomar posse, o cargo será exercido pelo Presidente da Câmara Municipal.
(B) Sem autorização legislativa, o Prefeito não pode se afastar do Município por mais de 15 dias úteis consecutivos, nem do País por prazo superior a 15 dias úteis.
(C) O Prefeito pode delegar a celebração de convênios com entidades públicas e o provimento e a extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais. A competência delegada pode ser avocada a qualquer momento, a critério do Prefeito.
(D) A consulta popular pode ser proposta pela maioria absoluta dos membros da Câmara ou por pelo menos 5% do eleitorado inscrito no Município. O Poder Executivo deve organizar a votação em até dois meses.
(E) Até 30 dias antes das eleições municipais, o Prefeito deve preparar um relatório sobre a situação da administração municipal, para entregar ao sucessor e publicar imediatamente. Se o Prefeito e o Vice-Prefeito estiverem impedidos ou os cargos estiverem vagos, o Presidente da Câmara será chamado a assumir a Prefeitura e, se recusar, perde o mandato de Vereador.

17) O Prefeito de Nova Prata do Iguaçu/PR encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei de sua iniciativa privativa. O projeto cria cargos na administração direta e veio com pedido de urgência, por ser considerado relevante. Durante a tramitação, um Vereador apresentou emenda que ampliava o número de cargos criados, e a emenda foi aprovada junto com o projeto. Ao receber o autógrafo, o Prefeito vetou parcialmente o projeto. Com base na Lei Orgânica do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR, na redação vigente, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O projeto com urgência deveria ser apreciado em até 30 dias. Esgotado esse prazo, inclusive se coincidisse com o recesso parlamentar, o projeto seria incluído obrigatoriamente na Ordem do Dia, sobrestando as demais deliberações.
(B) A emenda parlamentar que ampliou o número de cargos é válida. A Lei Orgânica admite aumento de despesa em projeto de iniciativa exclusiva do Prefeito, desde que a emenda seja aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara.
(C) O veto parcial a uma expressão isolada do dispositivo legal é legítimo.
(D) O veto deve ser apreciado em 30 dias, contados do seu recebimento, e só pode ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, sem exigência de votação secreta. Se o prazo se esgotar sem deliberação, o veto entra na Ordem do Dia da sessão imediata, e as demais proposições ficam sobrestadas até a votação final.
(E) Se o veto for rejeitado, o Presidente da Câmara promulgará diretamente a lei, sem reenviá-la ao Prefeito.

18) Joana foi aprovada em concurso público para cargo de provimento efetivo no Município de Nova Prata do Iguaçu/PR e foi convocada por edital para tomar posse. Ela reside temporariamente em outro estado e tem dúvidas sobre os prazos e as consequências de sua investidura. Com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Nova Prata do Iguaçu/PR, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A posse é ato personalíssimo. Joana deve comparecer pessoalmente para assinar o termo, pois o Estatuto não permite posse por procuração.
(B) Depois de tomar posse, Joana terá 30 dias para entrar em exercício. Se não o fizer nesse prazo, o ato de provimento será tornado sem efeito.
(C) Joana terá até 30 dias, contados da data do edital de convocação, para tomar posse. Esse prazo pode ser prorrogado por igual período, mediante requerimento dela. Se a posse não ocorrer no prazo, o ato de provimento será tornado sem efeito.
(D) Ao entrar em exercício, Joana ficará sujeita a estágio probatório de 24 meses. Se, no futuro, já estável, ela for nomeada para outro cargo por novo concurso, ficará dispensada de cumprir novo estágio.
(E) Durante o estágio probatório, Joana poderá ser promovida se obtiver avaliações semestrais favoráveis da chefia imediata.

19) Carlos um é servidor efetivo do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR há 12 anos. Ele foi designado para uma função de chefia e recebe a gratificação correspondente. Seu setor passou a exigir atividades em horário noturno, eventualmente com prorrogação da jornada, em local considerado insalubre e perigoso. Com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Nova Prata do Iguaçu/PR (Lei Municipal nº 891/2008), assinale a alternativa CORRETA:

(A) Carlos recebe adicional por tempo de serviço de 5% a cada quinquênio, calculado sobre a remuneração total e limitado a 35%.
(B) Se prestar serviço extraordinário em dia útil, Carlos receberá a hora com acréscimo de 50%, inclusive enquanto receber a gratificação pela função de chefia.
(C) O serviço prestado entre as 22h de um dia e as 5h do dia seguinte terá o valor da hora acrescido de 20%. Cada hora noturna será computada como 52 minutos e 30 segundos.
(D) Comprovada a exposição a agentes insalubres e a condições perigosas, Carlos poderá receber os adicionais de insalubridade ou de periculosidade, calculado sobre o maior vencimento pago ao servidor público do Município.
(E) O 13º salário de Carlos corresponde a 1/12 por mês de efetivo exercício. Seu valor integra a base de cálculo do adicional de férias e das demais vantagens pecuniárias.

20) Considerando os recursos previstos na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Cabe Recurso de Revista, no prazo de 10 dias, para o Tribunal Pleno, apenas com efeito devolutivo, contra acórdão proferido por qualquer das Câmaras.
(B) Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, com efeito suspensivo, quando a decisão contiver obscuridade, dúvida ou contradição, ou quando omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.
(C) Cabe Recurso de Agravo, no prazo de 15 dias, com efeitos devolutivo e suspensivo, contra acórdãos proferidos pelo Tribunal Pleno.
(D) Cabe Recurso de Revisão contra decisão proferida em processo de consulta, desde que demonstrada divergência de entendimento no âmbito do Tribunal.
(E) Dos despachos de mero expediente cabe Recurso de Agravo, dirigido ao órgão colegiado competente.

21) Em 2019, o Município de Nova Prata do Iguaçu/PR expediu alvará de licença para localização e funcionamento de um posto de combustíveis. Na época, a empresa cumpria todos os requisitos legais exigidos. Considerando as formas de extinção dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Se o Município concluir que já não é conveniente nem oportuno manter o posto naquele local, poderá revogar o alvará a qualquer tempo. A revogação produzirá efeitos retroativos (ex tunc), pois o juízo de mérito pertence exclusivamente à Administração.
(B) Se uma lei municipal de zoneamento posterior passar a proibir esse tipo de atividade naquela área, a extinção do alvará por incompatibilidade com a nova norma configura caducidade.
(C) Se a empresa passar a armazenar combustível em desacordo com as normas de segurança exigidas para manter a licença, a Administração deverá revogar o alvará, com efeitos ex tunc.
(D) Se, em 2026, a Administração descobrir que o alvará foi emitido com base em documentos falsificados pela empresa, não poderá mais anulá-lo. Isso porque o direito de anular atos com efeitos favoráveis aos destinatários decai em 5 anos, independentemente da boa ou má-fé do beneficiário.
(E) Provocado por ação proposta por vizinhos, o Poder Judiciário poderá revogar o alvará se entender que a manutenção do posto naquele local é inconveniente ao interesse público.

22) O Município Alfa presta diretamente ou delega diversos serviços à população, entre eles, iluminação pública, coleta domiciliar de lixo, limpeza de ruas e praças, abastecimento de água, transporte coletivo urbano, educação infantil e atendimento básico de saúde. Considerando a classificação dos serviços públicos, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A coleta e remoção de lixo proveniente de imóveis é serviço uti singuli, específico e divisível, e pode ser custeada por taxa. Já a limpeza de ruas e praças é serviço uti universi e não admite esse tipo de cobrança.
(B) A iluminação pública é serviço uti singuli, pois beneficia os moradores de cada rua iluminada. Por isso, o Município pode remunerá-la por meio de taxa.
(C) A educação infantil e o atendimento básico de saúde são serviços públicos exclusivos do Estado. Por isso, a iniciativa privada só pode prestá-los mediante concessão ou permissão do Município.
(D) A segurança pública é classificada como serviço de utilidade pública. Por isso, o Município pode delegar sua execução a particulares por meio de concessão, precedida de licitação.
(E) O transporte coletivo urbano e o abastecimento de água, quando prestados por concessionária, são remunerados por taxa, cujo pagamento é compulsório e cuja instituição depende de lei.

23) Sobre os direitos políticos, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Se o vínculo conjugal com o Prefeito for dissolvido por divórcio durante o segundo mandato dele, a ex-cônjuge continua inelegível para o cargo de Prefeito no mesmo Município, na eleição seguinte.
(B) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Prefeito ou de quem o tenha substituído nos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já forem titulares de mandato eletivo e candidatos à reeleição.
(C) O cidadão que pretende concorrer ao cargo de Governador deve ter a idade mínima de 30 anos na data do pedido de registro da candidatura.
(D) A suspensão dos direitos políticos por condenação criminal transitada em julgado não ocorre quando a pena privativa de liberdade é substituída por pena restritiva de direitos, pois nesse caso o condenado não fica impedido de exercer a cidadania.
(E) A lei que alterar o processo eleitoral só entra em vigor um ano depois da data de sua publicação. Antes disso, não produz nenhum efeito.

24) Com base na disciplina dos contratos típicos no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A venda de ascendente a descendente é nula de pleno direito se os outros descendentes e o cônjuge do alienante não consentirem expressamente. O consentimento do cônjuge só é dispensado se o regime de bens for o da comunhão universal.
(B) Na venda ad mensuram, presume-se que a referência às dimensões do imóvel foi apenas enunciativa quando a diferença encontrada não exceder 1/10 da área total enunciada.
(C) Nas doações puras, o doador pode renunciar antecipadamente, no próprio instrumento, ao direito de revogar a doação por ingratidão do donatário. Já as doações remuneratórias podem sempre ser revogadas por ingratidão.
(D) Na fiança civil sem prazo determinado, o fiador pode se exonerar da obrigação quando quiser. Mesmo assim, continua responsável por todos os efeitos da fiança durante 60 dias após notificar o credor.
(E) Na empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responde por 5 anos pela solidez e segurança do trabalho. O dono da obra perde o direito de propor ação contra ele se não o fizer em 180 dias contados da entrega da obra.

25) Com base na disciplina do pagamento indevido no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Quem paga voluntariamente o que não deve tem direito à repetição, independentemente de provar que pagou por erro, pois o recebimento indevido gera, por si só, o dever de restituir.
(B) Quem recebeu indevidamente um imóvel e o alienou de boa-fé, a título oneroso, responde apenas pela quantia recebida. Se agiu de má-fé, responde pelo valor do imóvel e por perdas e danos.
(C) O devedor que paga dívida prescrita pode pedir a restituição do valor, desde que comprove que desconhecia a prescrição no momento do pagamento.
(D) Quem entregou alguma coisa para obter fim ilícito, imoral ou proibido por lei pode pedir a repetição. O valor deve ser devolvido a quem pagou, para evitar o enriquecimento sem causa de quem recebeu.
(E) O credor que recebe de terceiro, por engano, o pagamento de uma dívida verdadeira e, em seguida, inutiliza o título deve restituir o valor recebido. Nesse caso, quem pagou não tem ação contra o verdadeiro devedor.

26) Paulo, domiciliado em Alfa, ajuizou ação de cobrança contra Marcos, domiciliado em Beta, perante uma das Varas Cíveis de Alfa. O contrato entre as partes tinha cláusula de eleição de foro em favor da Comarca de Beta. Durante o processo, também surgiram dúvidas sobre a competência do juízo em razão da matéria. Diante desta situação e com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Para alegar a incompetência relativa, Marcos deve apresentar exceção de incompetência em petição autônoma, no prazo da resposta. Essa petição suspende o processo até o julgamento do incidente.
(B) Se Marcos não alegar a incompetência territorial, o juiz pode declará-la de ofício em qualquer fase do processo.
(C) A incompetência absoluta deve ser alegada na contestação, sob pena de preclusão. Depois desse momento, a parte só pode impugná-la por ação rescisória, após o trânsito em julgado
(D) Mesmo depois da citação de Marcos, o juiz pode, a qualquer tempo, declarar de ofício a ineficácia da cláusula de eleição de foro se considerá-la abusiva, independentemente de alegação do réu.
(E) Se o juiz acolher a alegação de incompetência, os autos serão remetidos ao juízo competente. Salvo decisão judicial em sentido contrário, os efeitos das decisões proferidas pelo juízo incompetente são conservados até que o juízo competente profira outra, se for o caso.

27) Oitenta servidores públicos do Município de Zeta ajuizaram, em litisconsórcio ativo, uma única ação de cobrança de diferenças remuneratórias contra o Município. O processo tramita em autos eletrônicos, e os autores são representados por advogados de escritórios distintos. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O juiz pode limitar o número de litigantes no litisconsórcio facultativo apenas na fase de conhecimento.
(B) No litisconsórcio passivo necessário, a falta de citação de um dos litisconsortes torna nula a sentença em relação a todas as partes, mesmo que a decisão não precise ser uniforme para todos.
(C) Se o Município requerer a limitação do litisconsórcio por entender que o número de autores dificulta sua defesa, o prazo para contestar será interrompido e voltará a correr a partir da intimação da decisão que resolver o requerimento.
(D) Como os autores têm advogados de escritórios distintos, terão prazo em dobro para todas as suas manifestações, independentemente de requerimento, mesmo tramitando o processo em autos eletrônicos.
(E) No litisconsórcio unitário, os litisconsortes são considerados litigantes distintos em suas relações com a parte contrária. Por isso, a confissão de um deles prejudica os demais.

28) Considerando as regras da legislação trabalhista sobre a extinção do contrato de trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O contrato de trabalho pode ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que são devidos pela metade o aviso prévio, se indenizado, e a indenização sobre o saldo do FGTS e as demais verbas trabalhistas são devidas integralmente. O empregado pode sacar até 80% dos depósitos do FGTS, mas não tem direito ao seguro-desemprego.
(B) Quando o aviso prévio é trabalhado, as verbas rescisórias devem ser pagas até o primeiro dia útil seguinte ao término do contrato. Quando o aviso é indenizado, o pagamento deve ocorrer até o décimo dia, contado da notificação da dispensa.
(C) Em qualquer hipótese de rescisão indireta, o empregado pode continuar trabalhando até a decisão final do processo e pleitear, ao mesmo tempo, a rescisão do contrato e o pagamento das indenizações.
(D) Durante o aviso prévio trabalhado, o horário normal de trabalho do empregado é reduzido em 2 horas diárias, sem prejuízo do salário integral, redução que vale tanto para a dispensa feita pelo empregador quanto para o pedido de demissão.
(E) O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço garante 30 dias aos empregados com até um ano de serviço na mesma empresa. A cada ano completo de serviço, são acrescidos 3 dias, até o máximo de 90 dias de acréscimo, totalizando até 120 dias.

29) Em reclamação trabalhista, determinada empresa reclamada foi condenada ao pagamento de horas extras e reflexos. A sentença transitou em julgado arbitrando valor provisório à condenação e foi omissa quanto aos juros de mora e à correção monetária. Iniciou-se, então, a fase de liquidação. Com base na Consolidação das leis do Trabalho e na jurisprudência consolidada, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Depois que a conta de liquidação é elaborada, o juiz pode, a seu critério, abrir às partes prazo sucessivo de 10 dias para impugnação.
(B) Como a sentença foi omissa quanto aos juros de mora e à correção monetária, eles não podem ser incluídos na liquidação.
(C) A União não precisa ser intimada sobre os cálculos de liquidação. As contribuições previdenciárias decorrentes da condenação só são apuradas depois, em execução fiscal própria.
(D) A decisão que homologa os cálculos de liquidação pode ser impugnada imediatamente por agravo de petição, no prazo de 8 dias, sem necessidade de garantia do juízo.
(E) Depois que a conta é elaborada e tornada líquida, o juiz deve abrir às partes prazo comum de 8 dias para impugnação fundamentada, com indicação dos itens e valores de que discordam, sob pena de preclusão.

30) A Emenda Constitucional nº 132/2023 reestruturou a tributação sobre o consumo e alterou regras de competência de determinados tributos. Com base no texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) é de competência exclusiva dos Estados e do Distrito Federal. Os Municípios participam apenas da repartição do produto da arrecadação, sem poder fixar alíquota própria.
(B) O Imposto Seletivo, de competência da União, incide sobre a produção, a extração, a comercialização ou a importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, podendo incidir sobre operações com energia elétrica e com telecomunicações quando comprovado o impacto ambiental da atividade.
(C) Na transmissão causa mortis de bens móveis, títulos e créditos, o ITCMD compete ao Estado onde era domiciliado o de cujus, ainda que o inventário seja processado em outro Estado. O imposto também deve ser progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
(D) O sobre a propriedade de veículo automotor (IPVA) é restrito aos veículos terrestres, não sendo incluído no âmbito de incidência do imposto as embarcações e as aeronaves.
(E) O Comitê Gestor do IBS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, competente para fixar, por resolução, a alíquota do IBS aplicável a cada Estado e Município.